

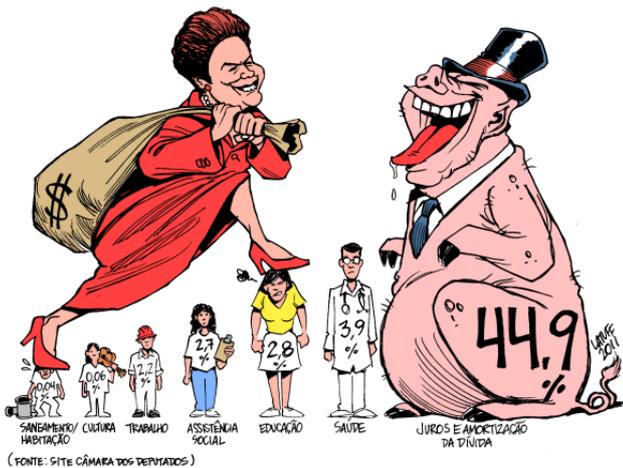
SINDSEF-SP

CSP
COTRASEF

DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA ULTRAPASSA R\$ 3 trilhões e já equivale a mais de 200% DO ORÇAMENTO FEDERAL

Veja aqui o que é, como funciona e quais as consequências da dívida pública para o conjunto dos trabalhadores e, especialmente, para os servidores públicos em campanha salarial.



A dívida pública sempre foi um assunto de primeira importância para os países pobres, principalmente para a América Latina nos anos 80 e 90. O que mudou desde esta época? Agora a dívida pública é um problema de primeira importância para o mundo todo.

Em nível internacional, estamos vivenciando um super-endividamento das grandes potências (como EUA, Japão, França e Inglaterra) e dos países periféricos da Europa (como Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e países do Leste Europeu). Qualquer solução para a crise internacional passa, necessariamente, por qual será a saída encontrada para as dívidas públicas destes países.

E a dívida pública brasileira, em que condições se encontra? Qual a distância que nos separa da Grécia? Não adianta olhar no mapa, essa distância se mede por outros meios.

Este encarte é dedicado a compreender a dívida pública brasileira e suas consequências para os trabalhadores: o que é a dívida pública e porque ela tem crescido tanto nos últimos anos; qual o papel que ela cumpre como forma de subordinação do país; se é verdade que acabou a dívida externa; por fim, os principais mitos sobre o serviço público e o funcionalismo.

Nosso objetivo é poder contribuir com o resgate de uma das maiores bandeiras do movimento sindical brasileiro, que é o não pagamento da dívida, atualmente abandonada pela CUT. Por outro, contribuir com os servidores públicos que travaram lutas importantes no Brasil inteiro, realizando grandes manifestações e greves históricas.

“COM QUE ROUPA EU VOU, PARA O SAMBA QUE VOCÊ ME CONVIDOU?”

O endividamento dos trabalhadores atingiu níveis recordes, saltando de 6% para 15% do PIB durante o governo Lula. A política de juros altos adotada desde o governo FHC e continuada por Lula e Dilma tem contribuído para este quadro. Algo ainda mais grave tem ocorrido com o endividamento do Estado: a dívida pública brasileira (soma das dívidas externa e interna assumidas pelo governo federal) está seguindo uma trajetória ainda mais ascendente. Faz 8 anos que nos convidam para um “espetáculo do crescimento”, mas,

como diria Noel Rosa, com que roupa nós vamos?

Só no governo Lula, a dívida pública passou de R\$ 1,2 trilhão em 2003 para R\$ 2,7 trilhões em 2010. De Janeiro a Abril de 2011, já no governo Dilma, a dívida interna atingiu a histórica marca de cerca R\$ 2,4 trilhões. Se também considerarmos a dívida externa, que em janeiro de 2011 ficou em cerca de R\$ 571 bilhões, a dívida pública total alcançou R\$ 3 trilhões em 2011, equivalente a 210% de tudo o que o governo federal arrecadou em 2010. Os dados

são de fontes do próprio governo e uma parte deles pode ser consultada no site da Auditoria Cidadã da Dívida (www.divida-auditoriacidadada.org.br), a melhor e mais confiável fonte de informações sobre a dívida pública brasileira.

O mais impressionante, no entanto, sequer é o tamanho da dívida atual, mas o fato de que ela não pára de crescer, apesar da quantidade gigantesca de recursos que o governo tem pago aos credores. Para resumir a história, basta verificarmos o seguinte: durante os governos FHC,

Lula e os primeiros meses de Dilma, foi pago o absurdo valor de 12 trilhões e 164 bilhões de reais! No entanto, ainda assim a dívida passou, no mesmo período, de R\$ 300 bilhões para quase 3 trilhões de reais (veja gráfico ao lado).

Frente a um quadro como este, nada justifica afirmar que a economia de recursos para tornar o orçamento público equilibrado deve vir do corte de investimentos, de áreas sociais e do congelamento de salário dos servidores públicos federais, como pretende o governo Dilma.



Observações: 1. Os valores dos pagamentos da dívida pública desde 1995 foram corrigidos pelo IGP-DI. 2. O estoque da dívida pública de 1994, 2002, 2010 e 2012 inclui juros, amortizações e refinanciamento. 3. Para ser incluída na dívida pública total, a dívida externa foi convertida para Real a uma taxa de câmbio de 08 de maio de 2012, ou seja, de um dólar equivalente a R\$ 1,94.

Fontes: SIAFI - STN/CCONT/GEIN; Banco Central, Ministério da Fazenda; Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública /CODIV; Sistema SIGA BRASIL - Senado Federal.

Elaboração: ILAESE a partir de sistematização dos dados por parte da Auditoria Dívida Cidadã.

QUAL O PAPEL DA DÍVIDA PÚBLICA?

Desde o tempo em que os países latino-americanos conquistaram a sua independência política nos séculos 18 e 19, os credores da dívida pública nunca tiveram intenção de que ela fosse integralmente paga e ainda hoje segue assim.

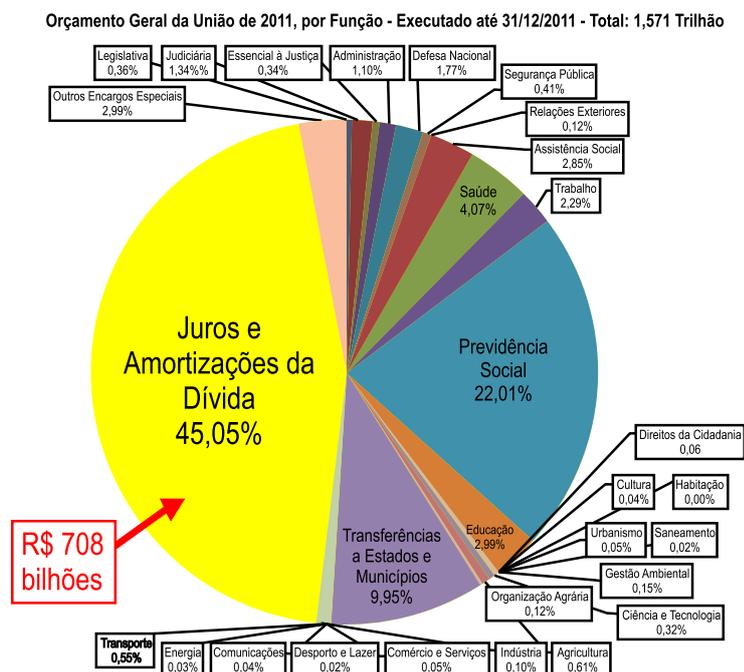
Isso ocorre porque, segundo François Chesnais¹, pesquisador francês, a dívida pública é um dos principais instrumentos de fortalecimento do imperialismo como regime econômico e político, na medida em que ela atua sob 3 características:

Inicialmente, ela permite uma apropriação constante e regular de uma parte da riqueza nacional dos países da periferia do capitalismo por meio do que Karl Marx chamava de “acumulação primitiva de capitais”. Isso significa uma apropriação de riqueza não por meio do investimento estrangeiro em setores produtivos e exploração direta do trabalho assalariado, mas pela espoliação de recursos naturais e riquezas já instaladas, promovida pelo próprio Estado nacional, mas apropriada pelos capitais estrangeiros.

No caso do Brasil, a dívida pública ocupa hoje o papel que anteriormente ocupava a extração de Pau-Brasil e de ouro no período colonial. Mas o objeto da espoliação hoje é diferente: tem se dado por meio da privatização das empresas públicas (como os aeroportos e estradas), apropriação de recursos naturais (como o pré-sal), ocupação de regiões de preservação ambiental (permitida pelo novo Código Florestal) e, principalmente, a simples transferência de recursos públicos da União para capitais parasitários, como podemos ver no famoso gráfico ao lado elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida.

O gráfico mostra que praticamente 45% de todo o orçamento federal em 2010 foi usado para o pagamento da dívida pública, enquanto setores essenciais receberam verbas ou muito baixas (saúde: 3,95%; educação: 2,9%) ou praticamente inexistentes (saneamento: 0,04%; habitação: menos de 0,01%).

Em maio de 2011, o Ministério da Fazenda informou que a dívida pública brasileira cresceu R\$ 39 bilhões. Trocando em miúdos, significa que em apenas 1 mês a dívida cresceu o equivalente a tudo que foi gasto pelo Governo Federal com Educação no ano passado (R\$ 40 bilhões).



A dívida também possibilita a pressão para que os países periféricos façam os famosos “ajustes estruturais”, exatamente o que está ocorrendo atualmente com a Grécia e outros países europeus e como tem ocorrido com os países latino-americanos desde meados dos anos 80. Os “ajustes estruturais” visam, primordialmente, a deterioração dos serviços públicos, a retirada de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, além de aumento de im-

postos para os setores assalariados.

Os sucessivos cortes de verbas (R\$ 60 bilhões em 2011 R\$ 50 bilhões em 2012) e o Projeto de Lei 549/10 que prevê o congelamento salarial e de investimentos em áreas sociais por 10 anos, é a parcela do Governo Dilma da mesma política adotada desde os anos 90 no Brasil.

Por fim, a dívida também pressiona para um processo de desindustrialização das economias dependentes. Com a necessidade de

garantir o pagamento da dívida, os Estados aumentam a taxa de juros para atrair novos capitais, pagando dívidas antigas por meio da criação de novas dívidas. A elevação da taxa de juros faz com que os capitais sejam atraídos para esta bola de neve e não são aplicados nos setores produtivos, criando uma onda de fechamento de empresas e explosão do desemprego, como ocorreu no Brasil principalmente na década de 1990.

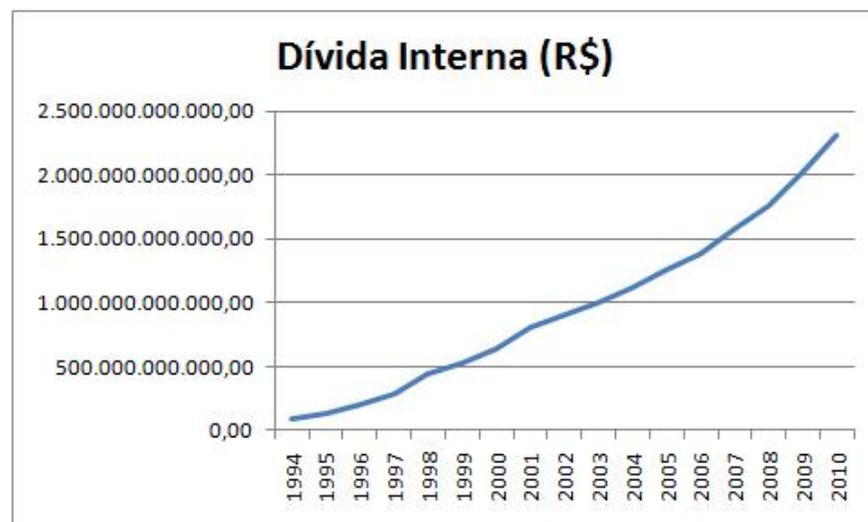
¹François Chesnais. “La Prééminence de la finance au sein du «capital en general», le capital fictif et le mouvement contemporain de mondialisation du capital». In : La Finance Capitaliste. Paris, PUF, 2006, pp. 101-103.

ALTA DA TAXA DE JUROS E A CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM DÍVIDA INTERNA NOS GOVERNOS LULA E FHC

Uma confusão muito difundida atualmente é de que o Brasil teria pago a dívida pública externa, tendo, inclusive, se tornado credor do FMI. É claro que isso foi fartamente explorado na última campanha eleitoral pelos candidatos governistas, mas a história não é bem assim.

A dívida externa está longe de acabar. Segundo o próprio Banco Central, a dívida externa atingiu em agosto de 2012 exatos US\$ 422.895.138.185,71, cerca de 850 bilhões de reais. O governo tem falado que a dívida externa acabou porque possui reservas no exterior equivalentes ao seu endividamento. Essas reservas são a compra de títulos de dívida pública de outros países, como os dos EUA, por exemplo. No entanto, os títulos americanos rendem atualmente 0,25% ao ano para os seus credores, enquanto que o Brasil paga acima de 10% para os credores da sua dívida, de modo que essa comparação não é correta, pois a dívida cresce a uma velocidade muito maior do que as reservas.

Além disso, o que ocorreu nos governos FHC e Lula foi uma transferência da dívida externa (em geral, com prazos maiores e taxas de ju-



Fontes: Banco Central e Ministério da Fazenda. SIAFI. Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública / CODIV. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

ros mais baixas) para a dívida interna (com prazos menores e altas taxas de juros, simplesmente as maiores do mundo).

Como há anos o Brasil teve a maior taxa de juros do mundo, a dívida interna se tornou um problema maior do que a dívida externa. Os grandes investidores e bancos instalados no Brasil estão contraindo dívidas no exterior a uma taxa de juros muito baixa e usam este dinheiro para comprar títulos da dívida brasileira. Este movimento permite, por exemplo, que um investidor assum

uma dívida no Japão, cuja taxa de juros oficial é de 0,10%, e especule com a dívida brasileira, recebendo uma remuneração 100 vezes maior do que os juros que ele paga no Japão!

Por fim, os governos FHC e Lula fizeram exatamente aquilo que nenhum trabalhador faria com o seu orçamento doméstico: é como se tivessem se endividado no cheque especial ou no cartão de crédito (os maiores juros do mercado) para pagar uma dívida de crédito consignado (cujos juros são menores).

INCHADO, ONEROSO E INEFICIENTE.

OS 3 MITOS SOBRE O SERVIÇO E FUNCIONALISMO PÚBLICOS NO BRASIL

Basta os trabalhadores do serviço público começarem a se mobilizar por melhores salários e melhores condições de trabalho que três mitos são religiosamente repetidos pelos governos e pela imprensa. Primeiro, de que existiria muito funcionário público, uma vez que o Estado brasileiro seria um completo “cabide de empregos” e que isso resultaria em um Estado inchado. Segundo, de que a folha de pagamento destes servidores estaria crescendo cada vez mais, criando uma administração pública extremamente onerosa, incompatível com um país pobre. Tanto um como o outro colocaria em risco a responsabilidade fiscal e impediria que se aumentassem os investimentos e gastos sociais, o que nos leva para a última parte deste tripé: de que o Estado brasileiro seria ineficiente, de modo que seria necessário modernizá-lo para poder cuidar das verbas públicas com mais responsabilidade.

A hipocrisia deste discurso é cada vez maior quanto mais nos aproximamos da Copa do Mundo, que está se mostrando um festival de corrupção, de desvio de recursos, dilapidação do patrimônio público, loteamento irregular do espaço urbano e outras falcatruas.

Ainda assim, é importante combatermos as visões acima referidas, porque ela reforça uma ideologia de que os problemas do país estariam em um suposto “excesso de Estado” (leia-se: de servidores públicos), quando, na verdade, trata-se justamente do inverso: a carência de servidores, de bons salários e de boas condições de trabalho.

1º MITO: INCHAÇO OU CARÊNCIA?

O Brasil, quando comparado com países europeus, é o que menos gasta com a administração pública em porcentagem do PIB, como podemos ver na tabela abaixo. No entanto, tem uma população e território muito maiores do que qualquer um dos países abaixo, o que aumenta ainda mais esta distância.

2º MITO: ONEROSO OU ARROCHADO?

Todo trabalhador que era servidor público em 1995 se lembra dos 8 anos sem reajuste salarial durante o governo FHC. O objetivo do governo era reduzir a participação dos gastos com pessoal na Receita da União. O congelamento surtiu efeito, uma vez que, segundo o Relatório Consolidado de Gestão Fiscal da Esfera Federal (Exercício de 2009), em 2002 o governo federal passou a gastar 31,88% da Receita da União com pessoal, bem abaixo dos 50% permitidos pela legislação. Durante o governo Lula se criou uma impressão de que os gastos

com pessoal aumentaram, mas isso não é verdade em termos proporcionais. Ao contrário, em 2009, os gastos com pessoal corresponderam apenas a 31,33% da Receita da União.

Moral da história: em termos relativos, o gasto com pessoal está praticamente congelado há 10 anos, tendo sofrido uma pequena redução no governo Lula. Depois disso e de uma análise mais aproximada da dívida pública, pode-se claramente perceber que não é o funcionalismo público que coloca em risco a “responsabilidade fiscal”.

3º MITO: INEFICIENTE OU ANTI-DEMOCRÁTICO E INJUSTO SOCIALMENTE?

O problema do Estado brasileiro moderno nunca foi de ineficiência, mas de falta de democracia e de justiça social. Diga-se de passagem, para os propósitos da burguesia, o Estado brasileiro foi um dos mais eficientes na história do século XX. Afinal de contas, foi por meio do Estado que o Brasil deixou de ser uma imensa fazenda de café com resquícios escravistas para se tornar um dos países que mais cresceu e se industrializou no século XX, tudo isso entre os anos 1940 e 1970.

O Estado brasileiro só é ineficiente na hora de atender a população mais pobre. Se não resolveu os problemas sociais até agora, não foi por uma questão de incompetência, mas por uma decisão política. Para isso teria que romper com o pagamento da dívida pública,

fazer reforma agrária, reduzir a jornada de trabalho e estatizar o sistema financeiro. Esta nunca foi e não será uma tarefa para este Estado, de FHC, Lula e Dilma; isso só pode ser feito por um novo Estado, governado pelos trabalhadores.

Por isso, qualquer campanha salarial dos servidores públicos, é sempre uma campanha de valorização do serviço público, de democratização do Estado e de ampliação da justiça social no país. Boa jornada de luta a todos nós ou, como mais uma vez diria Noel,

“Agora vou mudar minha conduta / Eu vou pra luta, pois eu quero me aprumar / Vou tratar você com a força bruta / Pra poder me reabilitar.”

(Noel Rosa. “Com que Roupa”, 1929).